

GOVERNO IMPÕE SUCATEAMENTO NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DA BAHIA

Há um ano, a comunidade acadêmica das universidades estaduais baianas foi surpreendida com uma previsão orçamentária do governo que reduzia em 2014 as verbas para orçamento na rubrica investimento, manutenção e custeio em quase R\$ 12 milhões em relação a 2013. Tal medida foi amplamente denunciada. Na época, a justificativa oficial foi a pretensa frustração orçamentária. Muitas mobilizações foram feitas e, ao final, em agosto desse ano, foi arrancada apenas uma suplementação de R\$ 7 milhões, a ser efetivada. Como efeito da redução, a crise orçamentária foi agravada e, ao longo desse ano, as universidades estaduais estão sofrendo com a interrupção de serviços por conta do atraso no pagamento de fornecedores e nos salários dos terceirizados. Obras foram suspensas, equipamentos e material didático não puderam ser adquiridos, concursos e seleções não aconteceram, direitos trabalhistas foram desrespeitados e faltaram recursos para a política de permanência estudantil.

Agora, novamente, o governo petista anuncia uma cota orçamentária para 2015 menor que a de 2014! Ou seja, a redução imposta em 2014 não foi algo pontual, por conta da crise, como representantes do governo insistem em dizer sempre. Infelizmente, essa nova redução é uma demonstração inequívoca da política do atual governo de sucateamento das universidades estaduais. Até então, incluindo os governos anteriores, o descaso se dava pelo aumento insignificante do orçamento. Como sustentar a qualidade e consolidar a expansão das universidades estaduais se seus recursos escasseiam ano a ano?

Para confundir a sociedade, na propaganda oficial o governador divulga que dobrou o orçamento das quatro instituições nos últimos oito anos. Entretanto, ele não explicita que esse aumento deveu-se ao incremento da parte relativa a pessoal que se deu pela conquista de melhores salários, após duas greves e muita luta dos docentes, e pelo crescimento do número de técnico-administrativos e professores que, aliás, ainda é insuficiente para a demanda real das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Insatisfeito com o ataque ao orçamento, o governo mantém o quadro de vagas das universidades congelado desde 2010, desrespeitando direitos trabalhistas e dificultando, ao máximo, as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Que tipo de milagre financeiro o governo pensa que as universidades podem fazer para sobreviver se ele diminui recursos essenciais ao seu funcionamento? Como elas poderão acompanhar as exigências de seu crescimento se tiverem reduzidas as verbas de custeio e investimentos em mais de R\$ 19 milhões, entre 2013 e 2015, só em valores nominais? Os reitores têm afirmado que é impossível administrar a crise que já se arrasta há anos e que, agora, se aprofunda.

No discurso, o governo ressalta a importância das novas universidades na Bahia, construídas e mantidas com recursos federais. Sem dúvida, a criação delas é muito positiva, ressaltando o fato de que ainda funcionam muito precariamente, mas isso não pode significar o abandono das universidades estaduais, que são responsabilidade do governo estadual. Interessa ao povo baiano a expansão da Educação superior pública com qualidade, capaz de atender às necessidades de formação profissional e de produção do conhecimento científico, artístico e cultural. Para isso, as universidades estaduais precisam estar bem equipadas com laboratórios e bibliotecas, ter instalações físicas adequadas, pessoal docente e técnico valorizado e política de permanência estudantil.

Esta NOTA PÚBLICA é para denunciar a situação caótica a que o governo quer submeter as universidades estaduais, deixando-as à míngua, assim como anunciar que estudantes, técnicos e professores, estão, como sempre estiveram, dispostos a enfrentar mais esse ataque à Educação pública com muita luta. Reivindicamos a ampliação do quadro de vagas docente, o envio do projeto de lei da desvinculação das vagas às classes, e que no projeto da lei orçamentária anual (LOA), a ser enviado à Assembleia Legislativa pelo Executivo, a cota orçamentária aumente dos atuais 5% para 7% da Receita Líquida de Impostos prevista para 2015.

Bahia, 7 de setembro de 2014.

FÓRUM DAS ASSOCIAÇÕES DOS DOCENTES DA UEFS, UNEB, UESC E UESB

**Fórum
das
ADS**
Fórum das Associações Docentes das Universidades Estaduais da Bahia
ADUFS - ADUSB - ADUNEB - ADUSC

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS